

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

Trata-se de Estudo Técnico Preliminar, que constitui a primeira etapa do planejamento de uma contratação e serve essencialmente para assegurar a viabilidade técnica da contratação e embasar o Termo de Referência, conforme previsto na Lei 14.133/2021.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2. INFORMAÇÕES DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

Secretaria Demandante:	Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Desenvolvimento Econômico.
Responsável pela Demanda:	Osmar do Nascimento Bernardes
Unidades Gestoras Participantes:	Todas as secretarias
Objeto:	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES PRONTAS, TIPO "MARMITEX", DESTINADAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, QUE SE ENCONTRAM A TRABALHO DO MUNICÍPIO, IMPOSSIBILITADOS DE IREM AS SUAS RESIDÊNCIAS.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por finalidade assegurar condições adequadas de trabalho e garantir a continuidade dos serviços públicos municipais, mediante o fornecimento de refeições tipo marmitex aos servidores que, em razão das atividades desempenhadas, encontram-se impossibilitados de retornar às suas residências no horário de almoço.

Em especial, destaca-se a necessidade de atendimento aos funcionários da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, cujas atribuições frequentemente se desenvolvem em localidades rurais e distantes da sede administrativa, dificultando o deslocamento até a área urbana. O fornecimento de alimentação adequada evita atrasos e interrupções nas atividades, assegurando maior eficiência e produtividade.

Adicionalmente, a contratação se justifica para atender demandas de outras secretarias em situações específicas, tais como palestras, eventos institucionais, campanhas de vacinação, conferências municipais e demais ações que exigem suporte logístico. Ressalta-se ainda a necessidade de cumprimento de determinações oriundas de órgãos superiores, como



Rua Guimarães, 280 | Centro - Guimarães/MG
CEP: 38730-000



34 3834-2000



Ministério Público, Tribunal Regional Eleitoral e Tribunal de Justiça, que frequentemente demandam a mobilização de servidores em horários e locais que inviabilizam o acesso às suas residências.

Dessa forma, a contratação proposta encontra respaldo nos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, garantindo condições dignas de trabalho aos servidores e a adequada prestação dos serviços à população.

4. RELATÓRIO

4.1. DA LEGISLAÇÃO:

Lei nº 14.133/2021;

Lei Complementar nº 123/2006;

4.2. DAS CONTRATAÇÕES ANTERIORES:

Os marmitex foram adquiridos em exercícios anteriores, considerando que se tratam de itens essenciais ao desenvolvimento das atividades diárias das repartições públicas municipais. A experiência prévia demonstrou a efetividade da medida, garantindo alimentação adequada aos servidores em campo e contribuindo para a continuidade dos serviços sem prejuízos à população.

A manutenção dessa prática evidencia a necessidade de renovação da contratação, uma vez que o fornecimento de refeições já se consolidou como instrumento indispensável para assegurar condições dignas de trabalho e eficiência na execução das atividades públicas.

4.3. DA NECESSIDADE DE CONSOLIDAÇÃO DA DEMANDA PARA AS DEMAIS UNIDADES GESTORAS

A demanda compreendida atenderá a todas as secretarias do município.

4.4. DO ACESSO AO ORÇAMENTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

O orçamento e documentos que o instruem constará dos autos e deverão ser disponibilizados para facilitar a elaboração das propostas dos interessados.

4.5. DA APLICAÇÃO DOS BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 (MPES)

A presente contratação será destinada exclusivamente à participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e equiparadas, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 123/2006.

Todos os benefícios, direitos e o tratamento diferenciado previstos na referida legislação serão integralmente observados, assegurando a ampla participação e a competitividade desses empreendimentos no processo licitatório.

Tal medida visa fomentar o desenvolvimento local e regional, estimular a economia e garantir a efetividade dos princípios da isonomia, da eficiência e da promoção do desenvolvimento sustentável, conforme diretrizes estabelecidas pela legislação vigente.



Rua Guimarães, 280 | Centro - Guimarães/MG
CEP: 38730-000



34 3834-2000

CNPJ: 18.602.052/0001-01 | www.guimarania.mg.gov.br | redes sociais: @prefeituradeguimarania



4.6. DA NÃO UTILIZAÇÃO DO CATÁLOGO ELETRÔNICO:

Os itens a serem adquiridos, não estão contidos no catálogo de padronização em razão do instrumento encontrar-se em processo de formalização pelo município, e, portanto, ainda não se encontra contemplado dentre os objetos já padronizados

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os serviços de fornecimento de refeições tipo marmitex deverá atender integralmente aos padrões de segurança alimentar, observando as normas da Vigilância Sanitária e demais legislações pertinentes, de modo a garantir a qualidade, o frescor e o valor nutricional dos alimentos oferecidos. As refeições deverão ser preparadas com ingredientes de primeira qualidade e entregues em embalagens apropriadas, resistentes e devidamente lacradas, capazes de manter a integridade e a temperatura adequada até o momento do consumo.

A composição das refeições diárias deverá ser variada e balanceada, contemplando obrigatoriamente arroz, feijão, farofa, carne branca e/ou carne vermelha de primeira qualidade, massas, saladas diversificadas e legumes. O cardápio deverá ser elaborado de forma a evitar repetições excessivas, assegurando diversidade e equilíbrio nutricional, de modo a atender às necessidades energéticas dos servidores em atividade externa e interna.

O fornecedor deverá garantir pontualidade na entrega, conforme cronograma estabelecido pela Administração, inclusive em localidades rurais ou de difícil acesso, assegurando que os servidores tenham condições adequadas de alimentação durante o desempenho de suas funções.

A CONTRATADA deverá possuir Licença Sanitária expedida pelo Departamento de Vigilância Sanitária do Município, por se tratar de fornecimento de refeições.

5.3 DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA:

5.3.1 Prazo de Entrega – A entrega será de forma PARCELADA E CONTINUADA, sendo que o prazo para entrega, após a emissão da Autorização de Compras a ser enviada eletronicamente será de até **01 (uma) hora**.

5.3.2. Local de entrega – As refeições deverão ser entregues de segunda a sexta feira, inclusive nos sábados, domingos ou feriados, nos locais indicados na Autorização de Compras, dentro do perímetro urbano do Município de Guimarães.

5.4 DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.5 GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Não haverá exigência de garantia da contratação, prevista no artigo 96 e seguintes da Lei 14.133/2021, tendo em vista que tal exigência poderá elevar demasiadamente o preço dos produtos.



Rua Guimarães, 280 | Centro - Guimarães/MG

CEP: 38730-000



34 3834-2000





5.6 GARANTIA DOS PRODUTOS

O prazo de garantia dos produtos é aquele previsto na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.7 DA JUSTIFICATIVA DO PRAZO DE EXECUÇÃO

Em vista do exposto, e considerando a necessidade de viabilidade técnica e comercial das propostas apresentadas pelos licitantes, bem como as especificidades do objeto da contratação, justifica-se que a Ata de Registro de Preços tenha prazo de vigência de 12 (doze) meses.

Esse período é adequado para assegurar a continuidade do fornecimento de refeições aos servidores municipais, garantindo estabilidade contratual, previsibilidade orçamentária e eficiência administrativa. Além disso, o prazo de 12 meses está em conformidade com a legislação vigente e com as práticas usuais de contratação pública, permitindo que a Administração planeje e execute suas atividades sem interrupções, ao mesmo tempo em que possibilita aos fornecedores condições adequadas para organização logística e manutenção da qualidade dos serviços prestados.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

O levantamento de mercado realizado pelo Poder Público Municipal constitui etapa indispensável para assegurar a transparência, a eficiência e a economicidade na aquisição dos produtos constantes da tabela referencial. A adoção de um processo de pesquisa estruturado e criterioso permite que o Município obtenha os itens necessários com o melhor custo-benefício, dentro dos prazos adequados e em conformidade com as demandas da população.

No presente estudo, foram analisados processos de contratações semelhantes realizados por outros órgãos e entidades, mediante consultas a editais disponíveis em meio eletrônico, além de pesquisa prévia de mercado destinada à obtenção do custo estimado total para o quantitativo planejado pelos setores requisitantes. Essa estimativa de valor é fundamental para o planejamento e execução eficaz do processo de aquisição, garantindo a correta alocação dos recursos financeiros e a compatibilidade com o orçamento disponível.

Todas as peças de pesquisa que embasaram o levantamento encontram-se anexadas em apartado e serão disponibilizadas nos autos do processo administrativo, assegurando rastreabilidade, publicidade e transparência das informações utilizadas.

A partir das análises realizadas, buscou-se identificar metodologias e soluções que melhor atendam às necessidades da Administração Pública Municipal, especialmente no que se refere à aquisição dos materiais apresentados na planilha referencial. O estudo técnico e econômico confirma que a solução proposta é a mais adequada para garantir a continuidade dos serviços, a economicidade e a eficiência administrativa, em consonância com os princípios da legalidade, da isonomia e da boa gestão pública.



6.1. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Solução 1 — Adesão ao Registro de Preços, comumente conhecida como "carona";

Solução 2 — Produção pelo próprio município.

Solução 3 — Aquisição via pregão eletrônico, combinado com o Sistema de Registro de Preços (SRP)

6.2 DA ANÁLISE DA SOLUÇÃO:

Solução 1 — Não foi encontrada intenção de registro de preços disponível para adesão nos moldes que atendessem a administração pública municipal.

Solução 2 — No exercício de 2024, o Município realizou a experiência de contratar servidor específico, adquirir insumos e produzir internamente as refeições destinadas aos servidores em atividade. Entretanto, após a execução prática, constatou-se que a sazonalidade da demanda, aliada às variações de quantitativo e à necessidade de logística diferenciada, comprometeram a viabilidade técnica e econômica da produção própria.

A análise demonstrou que a alternativa mais eficiente e adequada é a aquisição direta de marmitex junto a fornecedores especializados, uma vez que essa modalidade garante maior flexibilidade para atender às oscilações de demanda, assegura qualidade constante das refeições e reduz custos operacionais relacionados à contratação de pessoal, aquisição de insumos e manutenção de estrutura física.

Dessa forma, a opção pela compra dos marmitex, em substituição à produção interna, revela-se a solução mais vantajosa para a Administração Pública Municipal, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e continuidade do serviço público.

Solução 3 - Aquisição por meio de licitação própria via Pregão Eletrônico, via Sistema de Registro de Preços (SRP) é considerado uma das metodologias mais eficientes e amplamente utilizadas para a aquisição do material em pauta pela Administração Pública. Suas principais vantagens incluem:

- ✓ Flexibilidade: Permite a contratação apenas quando houver necessidade, sem obrigatoriedade de aquisição imediata;
- ✓ Economia de escala: Possibilita a compra em grandes quantidades, resultando em preços mais vantajosos;
- ✓ Redução de processos licitatórios: Um único processo pode atender a demandas de vários órgãos ou setores;
- ✓ Validade estendida: O registro de preços tem validade de até 12 meses, facilitando o planejamento e Padronização: Favorece a padronização dos materiais adquiridos.

6.3 DA CONCLUSÃO

Considerando o levantamento de mercado, realizado acerca das possíveis formas de aquisição do material em pauta pelo poder público, conclui-se que a solução mais viável para o atendimento da necessidade é a realização de licitação própria, pelo município, por oferecer várias vantagens, tais como:



Rua Guimarães, 280 | Centro - Guimarães/MG
CEP: 38730-000



34 3834-2000

CNPJ: 18.602.052/0001-01 | www.guimaraania.mg.gov.br | redes sociais: @prefeituradeguimaraania



- ✓ Adequação às Necessidades Locais: A licitação própria permite que o município defina especificações técnicas que atendam precisamente às suas necessidades específicas e demanda local.
- ✓ Maior Controle do Processo: O município tem controle total sobre todas as etapas do processo licitatório, o que pode aumentar a transparência e a fiscalização.
- ✓ Maior Responsabilidade: A responsabilidade pela qualidade e conformidade dos produtos fica claramente definida, facilitando a gestão e a auditoria.
- ✓ Condições Personalizadas: O município pode estabelecer condições contratuais específicas, como prazos de entrega, garantias de qualidade e cláusulas de penalidade que melhor atendam às suas necessidades.
- ✓ Ajustes ao Orçamento: Permite maior flexibilidade para ajustar a aquisição conforme o orçamento disponível.

Portanto, ser licitado por meio da modalidade Pregão em sua forma eletrônica, via procedimento auxiliar por Registro de Preços é especialmente vantajosa, por não implicar em obrigatoriedade em contratação, pois a Administração deve requisitar o produto, cujo preço foi registrado somente quando houver demanda, sem a necessidade de manter estoques elevados, estoques estes que ficarão a cargo do fornecedor, que deve estar preparado para realizar as entregas.

Outro ponto que merece destaque é o emprego de recursos financeiros e orçamentários, que somente serão aprisionados para o atendimento imediato da demanda. Em resumo, a modalidade de licitação Registro de Preços é uma ferramenta valiosa para a gestão pública, proporcionando flexibilidade, economia e eficiência na aquisição de bens e serviços, ao mesmo tempo em que assegura transparência e controle sobre os processos de compra.

7. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO OBJETO, ESTIMATIVA DO VALOR DE MERCADO, ACOMPANHADO DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

7.1 As quantidades foram estimadas conforme consumo no ano anterior.

Seq	Código	Un	Qtde	Especificação	Marca	Vlr. Unitário	Vlr. Total
1	57270	SE	2800	REFEIÇÕES PRONTAS, TIPO "MARMITEX": A refeição deverá apresentar peso mínimo de 750g (setecentos e cinquenta gramas), considerando todos os componentes. COMPOSIÇÃO MÍNIMA DA REFEIÇÃO: * 01 (uma) porção de arroz; * 01 (uma) porção de feijão ou outra leguminosa; * 02 (duas) porções de proteína, podendo variar entre carne		R\$ 28,33	R\$ 79.324,00



Rua Guimarães, 280 | Centro - Guimarães/MG
CEP: 38730-000



34 3834-2000



				bovina, suína, frango, peixe ou ovo;			
				* 01 (uma) guarnição (ex.: massas, purês, legumes refogados, farofas, entre outros);			
				* 03 (três) tipos de saladas (cruas e/ou cozidas), com variedade de hortaliças.			
				VALOR TOTAL ESTIMADO			R\$ 79.324,00

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações devem observar o princípio do parcelamento, sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso. O § 1º do referido artigo estabelece que, na aplicação desse princípio, devem ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de gerir múltiplos contratos frente às vantagens da redução de custos, a possibilidade de divisão do objeto em itens e o dever de ampliar a competição, evitando a concentração de mercado.

Dessa forma, verifica-se que o parcelamento em itens constitui a regra, conforme previsto no art. 47 da Lei Federal nº 14.133/2021, enquanto o agrupamento em item único configura medida excepcional, que somente poderá ser adotada mediante justificativa prévia e devidamente fundamentada nos autos do processo administrativo.

Tal entendimento decorre da necessidade de ampliar a competitividade, evitar a concentração de mercado e assegurar a economicidade, permitindo que empresas com diferentes capacidades de fornecimento participem do certame. Assim, o parcelamento do objeto em itens distintos garante maior isonomia entre os licitantes e possibilita que a Administração obtenha melhores condições de preço e qualidade, em consonância com os princípios da legalidade, eficiência e transparência.

A pesquisa de mercado realizada demonstra que diversas empresas possuem capacidade para fornecer os itens objeto da presente contratação, o que afasta qualquer risco de restrição à competitividade. Ao contrário, o parcelamento favorece a ampla participação de licitantes, inclusive daqueles

que não dispõem de condições para atender à totalidade do objeto, mas que podem concorrer em relação a determinados itens, ampliando a concorrência e garantindo maior economicidade para a Administração.

9. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Os baixos riscos ordinários, comuns a toda contratação, que não serão pontuados na presente análise de riscos, tendo em vista considerações da equipe.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS;

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.



Rua Guimarães, 280 | Centro - Guimarães/MG
CEP: 38730-000



34 3834-2000

CNPJ: 18.602.052/0001-01 | www.guimaraes.mg.gov.br | redes sociais: @prefeituradeguimaraes



11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO PRETENDIDA E O PLANEJAMENTO.

A contratação pretendida não se refere a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação, que acarrete aumento da despesa em relação a Lei Orçamentária Anual, ao Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

12. RESULTADOS PRETENDIDOS

Pretende-se assegurar o pleno funcionamento das atividades exercidas pelas secretarias municipais, garantindo qualidade, eficiência e transparência na execução dos serviços, em conformidade com o interesse público.

Busca-se assegurar a transparência em todo o processo de aquisição, fundamentado em critérios técnicos e conduzido de forma competitiva, de modo a garantir a melhor relação custo-benefício para o Município. Essa prática reforça a confiança da população na gestão pública e assegura que os recursos públicos sejam aplicados de maneira eficaz e responsável.

Outro resultado esperado é garantir que os itens adquiridos sejam utilizados de forma racional, evitando desperdícios e assegurando disponibilidade contínua para atender às demandas das secretarias municipais. Essa racionalização contribui diretamente para a prestação de serviços públicos mais ágeis, eficazes e alinhados às necessidades da coletividade, sempre em prol do interesse público.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A presente contratação poderá gerar impactos ambientais relacionados principalmente ao uso de embalagens descartáveis para o acondicionamento das refeições tipo marmitex. O consumo elevado de materiais plásticos e similares pode contribuir para o aumento da geração de resíduos sólidos urbanos, exigindo da Administração e dos fornecedores práticas responsáveis de descarte e, sempre que possível, a utilização de embalagens recicláveis ou biodegradáveis.

Outro aspecto relevante refere-se ao transporte e logística de entrega das refeições, que pode ocasionar emissões de gases poluentes decorrentes da frota utilizada. Embora tais impactos sejam de baixa magnitude, recomenda-se que os fornecedores adotem medidas de racionalização de rotas e eficiência logística, de modo a reduzir o consumo de combustíveis fósseis e minimizar a pegada ambiental da operação.

Por fim, destaca-se que a adoção de boas práticas ambientais, como a redução de desperdícios alimentares, o correto manejo dos resíduos e a utilização de insumos de qualidade, contribui para a sustentabilidade da contratação e está em consonância com os princípios da Administração Pública voltados à proteção do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.



14. PROVIDÊNCIAS A SEREM TOMADAS

Não há a necessidade de tomada de providências ou adequações para as futuras aquisições a ser efetivada.

Após aprovação do Estudo Técnico Preliminar (ETP), o Termo de Referência será elaborado, respeitando todas as normas e etapas da fase interna e caso aprovado pela Autoridade Competente, será realizada a publicação do Edital de licitação.

15. DA EQUIPE TÉCNICA

O Estudo Técnico foi elaborado pela seguinte equipe de planejamento da contratação:

Guimarães, 05 de maio de 2026.


Ana Carolina Alves da Silva
Equipe de Planejamento


Rodrigo Fernandes de Deus
Equipe de Planejamento


Ângela Aparecida da Silva
Equipe de Planejamento

16. DA CIÊNCIA DA AUTORIDADE COMPETENTE

Recebido o presente estudo, verifico que ele está de acordo com as necessidades técnicas, operacionais e estratégicas do órgão, no mais, atende as demandas formuladas da melhor maneira, pelo que **autorizamos a abertura de processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico Registro de Preços, nos Termos concluídos pela equipe técnica de planejamento.**

Guimarães, 05 de maio de 2026.


Osmar do Nascimento Bernardes
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Desenvolvimento Econômico


Fabiana de Oliveira Bustamante
Secretária Municipal de Saúde





Adarlene Conceição Machado

Adarlene Conceição Machado
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

Leandro Braga Guimarães Nunes
Leandro Braga Guimarães Nunes
Secretário Municipal de Educação

Tony dos Reis Rodrigues
Tony dos Reis Rodrigues
Secretário Municipal de Cultura, Turismo e Meio ambiente

Rafael Garcia Bernardes
Rafael Garcia Bernardes
Secretário Municipal de Segurança Pública, Trânsito e Transportes

Adriana de Fátima Bernardes Rocha Mendes
Adriana de Fátima Bernardes Rocha Mendes
Secretária Municipal de Obras Públicas e Urbanismo

Geraldo Caixeta
Secretário Municipal de Agricultura,
Pecuária e Abastecimento
Geraldo Caixeta
Secretário Municipal de Agricultura

Renato de Oliveira Amaral
Renato de Oliveira Amaral
Secretário Municipal de Esporte e Lazer



Rua Guimarães, 280 | Centro - Guimarães/MG
CEP: 38730-000



34 3834-2000

Filhos

